

CONFERÊNCIA DE LÍDERES SÚMULA

XV Legislatura	Reunião n.º 31
1.ª Sessão Legislativa	Data: 2023.04.12
2022/2023	Hora: 10:30 — 12:25
Ordem de Trabalhos: Agendamentos	

MESA DA AR

Presidente	Augusto Santos Silva
Vice-Presidente	Edite Estrela
Secretários	Maria da Luz Rosinha
	Duarte Pacheco
	Palmira Maciel
Vice-Secretários	—

GOVERNO

Ministra-Adjunta e dos Assuntos Parlamentares	Ana Catarina Mendes
--	---------------------

GRUPOS PARLAMENTARES

PS	Eurico Brilhante Dias
	Pedro Delgado Alves
PSD	Joaquim Miranda Sarmiento
	Catarina Rocha Ferreira
CH	Pedro Pinto
	Rui Paulo Sousa
IL	Rodrigo Saraiva
	Carla Castro
PCP	Paula Santos
BE	Pedro Filipe Soares

DEPUTADOS ÚNICOS REPRESENTANTES DE PARTIDO

PAN	Inês Sousa Real
L	Rui Tavares

Direção de Apoio Parlamentar: Ana Paula Bernardo
Divisão de Apoio ao Plenário: Vasco Cipriano

O Presidente da Assembleia da República (PAR) deu início à reunião da Conferência de Líderes (CL) procedendo à habitual revisão dos agendamentos fixados para a semana em curso e até 21 de abril.

Relativamente à sessão plenária da presente quarta-feira, dia 12 de abril, o PAR deu nota de que o Grupo Parlamentar (GP) do PSD tinha requerido a marcação de um debate de urgência sobre o tema «Falha do Estado Social: atrasos na realização de juntas médicas impedem cidadãos de acesso a apoios e a prestações sociais».

A respeito da marcação deste debate de urgência, o PAR salientou que o GP do PSD tinha apresentado o respetivo requerimento no dia 3 de abril, ou seja, com maior antecedência do que a prevista pela alínea a) do n.º 4 do artigo 72.º do Regimento. Frisou ainda que na presente sessão legislativa outros requerimentos de debate de urgência não tinham cumprido também esse prazo regimental de antecedência máxima, colocando em causa a equidade entre os GP e condicionando a agenda parlamentar.

O Líder Parlamentar do GP do BE recordou que, conforme já tinha referido em CL anteriores, não pode haver marcações prévias de debates de urgência porque isso desvirtua a própria ideia de urgência, tendo defendido que se algum GP tivesse apresentado um requerimento de debate de urgência cumprindo o prazo referido regimental teria precedência sobre o requerido pelo GP do PSD que o não cumprira, uma vez que as regras se aplicam a todos e se destinam a garantir a equidade de direitos dos GP, não sendo legítimo reservar espaços na agenda parlamentar.

O PAR registou o consenso reunido em torno de convolar a deliberação da CL de 8 de julho de 2021, em que foi deliberado que o incumprimento das regras do n.º 4 do artigo 72.º do Regimento faz com que o requerimento fique sem efeito.

Em relação ao agendamento potestativo requerido pelo GP do CH para o mês de maio, sobre tema a indicar oportunamente, distribuído no início da reunião, foi referido que o exercício do direito deve ser anunciado ao PAR, em CL, até ao dia 15 de cada mês, para produzir efeitos no mês seguinte, mas com

indicação da data para a fixação da ordem do dia. Assim, a data do agendamento ficou de ser indicada na próxima CL.

O Líder Parlamentar do GP do PSD informou que o agendamento potestativo que tinha requerido para a reunião plenária do dia 20 de abril, será preenchido com um debate político sobre o tema «Justiça».

O PAR lembrou que no mesmo dia 20 de abril, às 18 horas, se realiza na Biblioteca Passos Manuel uma sessão evocativa de Natália Correia, aproveitando a recente publicação da sua biografia, para a qual referiu estarem todos convidados.

A Ministra Adjunta e dos Assuntos Parlamentares (MAAP), em virtude de impedimento do Ministro das Infraestruturas no dia 21 de abril, solicitou a possibilidade de trocar para outra data a apreciação da Proposta de Lei n.º 39/XV/1.^a (GOV), prevista para a sessão plenária desse dia, tendo o Líder Parlamentar do GP do PS sugerido a troca com o seu Projeto de Resolução n.º 571/XV/1.^a (PS), agendado para a sessão plenária do dia 19 de abril, com o mesmo tempo, o que foi aceite.

Entrando nos agendamentos a fazer nesta CL, o PAR deu nota de que os mesmos podiam ser feitos para os dias 26 de abril a 5 de maio.

No que concerne ao dia 25 de abril, informou que haveria uma Sessão Solene de Boas-Vindas ao Presidente da República Federativa do Brasil, às 10h, a que se seguiria, às 11h30, a Sessão Solene Comemorativa do XLIX Aniversário do 25 de Abril.

O Líder Parlamentar do GP do CH manifestou-se contra a vinda do Presidente do Brasil à Assembleia da República no mesmo dia da Sessão Comemorativa do 25 de Abril, defendendo que o dia devia ser consagrado apenas a esta comemoração.

Para a sessão plenária do dia 27 de abril foi agendado um debate sobre política setorial com a Ministra da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.

O Líder Parlamentar do GP da IL informou que ia requerer a marcação de um debate de atualidade para o dia 3 de maio, sobre tema a indicar.

A MAAP informou que o Programa de Estabilidade (PE) para 2023-2026 daria entrada na AR no dia 17 de abril (devido ao facto de o dia 15 de abril, último dia do prazo para a sua apresentação, ser um sábado), tendo a respetiva discussão, com grelha A, sido agendada para o dia 26 de abril. Foi deliberado que podiam fazer-se arrastamentos de projetos de resolução com o PE, como tem sido habitual, até ao dia 24 de abril.

A MAAP solicitou ainda o agendamento das Propostas de Lei n.ºs 68 e 69/XV/1.^a (GOV), ambas com grelha C, que ficaram agendadas para a sessão plenária do dia 3 de maio.

No que respeita às restantes datas disponíveis, foram agendadas, para a sessão plenária do dia 4 de maio, declarações políticas e a Petição n.º 83/XV/1.^a, de acordo com a ordem constante da lista de petições a aguardar agendamento para Plenário, e, por essa mesma ordem, foi ainda agendada a Petição n.º 24/XV/1.^a para a sessão plenária do dia 5 de maio.

Iniciando a ronda pelo GP do PS, todos os GP agendaram uma iniciativa (ou um conjunto de cinco iniciativas, com a mesma grelha C, no caso do GP do PSD, e de três iniciativas, com grelha D, no caso do GP da IL).

De seguida, o PAR deu conta de que, habitualmente, é feita por esta altura a definição do calendário do prolongamento dos trabalhos parlamentares e a marcação do debate sobre o estado da Nação que, regimentalmente, deve ocorrer numa das últimas 10 reuniões da sessão legislativa.

Assim, foi deliberado marcar para o dia 7 de julho, 6.^a feira, o último Plenário para debates na generalidade, fazendo-se depois a habitual interrupção para trabalhos em comissão, e, indicativamente, agendar, para o dia 19 de julho, o debate sobre o estado da Nação, encerrando-se com um último Plenário para votações finais globais a 20 de julho, de modo a ser deixado ainda algum tempo para a preparação das redações finais.

O PAR informou ainda do andamento dos trabalhos relativos à trasladação de Eça de Queiróz e a Cerimónia de Concessão de Honras de Panteão Nacional.

Outros Assuntos

Relativamente à resposta da Federação Portuguesa de Futebol (FPF), em 15 de março, ao Requerimento n.º 18/XV/1.ª (BE) - *sobre contratos e atas relativas a esquemas contratuais utilizados pela FPF*, o PAR deu nota de que o GP do BE tinha solicitado à FPF os contratos de trabalho e de prestação de serviços celebrados com os selecionadores Fernando Santos e Roberto Martinez e as atas das reuniões da FPF em que foram tomadas decisões sobre a matéria, e que, em resposta, a FPF tinha defendido que, sendo uma pessoa coletiva sem fins lucrativos, de utilidade pública, constituída sob forma de associação de direito privado, que não integrava a Administração Pública, não estava sujeita à fiscalização da AR.

O PAR assinalou que estava em causa saber se a FPF tinha obrigação de responder a requerimentos apresentados por Deputados, independentemente do respetivo teor. No que diz respeito a antecedentes parlamentares na matéria, deu nota que os serviços informaram que constam da base de requerimentos e perguntas outros sete requerimentos dirigidos à FPF, entre a VII e a XII Legislatura, apresentados por diferentes GP, que obtiveram resposta.

O Líder Parlamentar do GP do BE considerou que a FPF tem o dever de colaborar com a AR, pelo que deve responder ao requerimento em causa tal como já o fez no passado.

O Líder Parlamentar do GP do PS defendeu que a questão merecia uma reflexão mais fundamentada, uma vez que tinha impactos futuros.

A Líder Parlamentar do GP do PCP admitiu que a natureza da “entidade FPF” e a recusa em responder, bem como o quadro legal instrumental para a AR obter as informações solicitadas justificavam uma maior reflexão e reconheceu que podia ser útil solicitar parecer à Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias (1.ª Comissão) sobre a questão.

Em conclusão, o PAR referiu que ia pedir parecer à 1.ª Comissão, como era regimental fazer e tinha sido feito recentemente em matéria de requerimentos.

Ainda sobre outros assuntos, o Líder Parlamentar do GP do BE pediu a palavra para apresentar um protesto formal sobre uma situação ocorrida essa manhã

durante a audição do Ministro da Cultura na Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto, tendo relatado que o Ministro se tinha recusado a responder a uma pergunta da Deputada Joana Mortágua, por esta não ter estado na sala durante parte da audição, o que considerou ser inaceitável e lesivo dos direitos dos Deputados. Mais referiu que a lógica de funcionamento e de acompanhamento dos trabalhos de Comissão quando decorrem várias reuniões em simultâneo compete aos GP e é de difícil gestão, mesmo para os maiores GP, mas é a AR que fiscaliza o Governo.

O PAR referiu que, efetivamente, o Governo tem o direito e o dever de responder aos Deputados que, por sua vez, são livres de fazer as perguntas que entenderem tal como o Governo é livre sobre os termos das respostas. Ficou de se informar a respeito do incidente e referiu que se voltaria à questão em próxima CL.

O Líder Parlamentar do GP da IL considerou que o episódio relatado pelo Líder do BE remetia, mais uma vez, para a reflexão que já tinha defendido ser necessário fazer em CL sobre o funcionamento da AR e o enorme esforço que os GP com menos de 20 Deputados têm de fazer para acompanharem os trabalhos.

A Líder Parlamentar do GP do PCP concordou que a sobreposição de trabalhos nas comissões dificulta a presença dos GP e que o membro do Governo tinha obrigação de responder aos Deputados. Manifestou também preocupação relativamente a alguma desarticulação no funcionamento da AR, que considerou estar a ocorrer e não ser salutar, por estarem a decorrer trabalhos na Comissão Parlamentar de Inquérito à Tutela Política da Gestão da TAP e simultaneamente a serem promovidas audições sobre a TAP na Comissão de Economia, Obras Públicas, Planeamento e Habitação, o que suscita questões de ordem prática de ajustamento de horários, uma vez que os Deputados são os mesmos.

O PAR deu por terminada a reunião concluindo que o Regimento estava a ser revisto e que a organização da AR obedece a regras; não obstante, iria convocar uma reunião da Conferência de Presidentes das Comissões Parlamentares a que seriam levadas estas questões de sobreposições e conflitos práticos e logísticos.

Próxima Conferência de Líderes

A próxima CL foi agendada para o dia 26 de abril, às 10h30.

REUNIÃO PLENÁRIA-2023.04.12 (QUARTA-FEIRA) 15:00 HORAS

Debate de urgência, requerido pelo PSD, subordinado ao tema «Falha do Estado Social: atrasos na realização de juntas médicas impedem cidadãos de acesso a apoios e a prestações sociais».

Tempos: Grelha própria.

Declarações políticas.

Petição n.º 58/XV/1.ª (Maria Isabel dos Santos Gomes e outros): — Pela reposição do poder de compra de todas as pensões.

Projeto de Lei n.º 696/XV/1.ª (BE): — Procede à atualização das pensões para o ano de 2023, ao abrigo da lei n.º 53-B/2006, de 29 de dezembro, e alarga a aplicação do complemento excecional aos pensionistas dos regimes especiais e aos pensionistas não residentes em território nacional.

Projeto de Lei n.º 703/XV/1.ª (CH): — Altera a Lei n.º 53-B/2006, de 29 de Dezembro, relativa ao Indexante de Apoios Sociais, procedendo à atualização de pensões de invalidez e de velhice do regime geral da segurança social de acordo com a inflação.

Projeto de Resolução n.º 478/XV/1.ª (L): — Recomenda ao Governo que aumente as pensões de invalidez e de velhice de modo a neutralizar os efeitos da inflação.

Projeto de Resolução n.º 513/XV/1.ª (PCP): — Aumento intercalar das reformas e pensões no ano de 2023.

Projeto de Resolução n.º 576/XV/1.ª (PCP): — Recomenda ao Governo que aplique a atualização anual das pensões a todos os reformados e pensionistas com pensões iniciadas a partir de 1 de janeiro de 2022.

Tempos: Grelha própria.

REUNIÃO PLENÁRIA-2023.04.13 (QUINTA-FEIRA) 15:00 HORAS

Proposta de Lei n.º 55/XV/1.ª (GOV) — Cria o regime jurídico aplicável ao controlo e fiscalização do pessoal crítico para a segurança da aviação civil em exercício de funções sob influência de álcool, estupefacientes ou substâncias psicotrópicas.

Tempos: Grelha D.

Projeto de Lei n.º 60/XV/1.ª (PCP): — Altera o regime de trabalho temporário limitando a sua utilização e reforçando os direitos dos trabalhadores (19.ª alteração à Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, que aprova o Código do Trabalho).

Projeto de Lei n.º 698/XV/1.ª (BE): — Altera o regime do trabalho temporário e reforça os mecanismos de combate ao trabalho forçado e a outras formas de exploração laboral

Tempos: Grelha D.

Projeto de Lei n.º 661/XV/1.ª (IL): — Devolver aos Utentes de Transportes Ferroviários o Valor do Passe Correspondente aos Dias em Que o Transporte Não é Prestado.

Projeto de Lei n.º 666/XV/1.ª (IL): — Incluir os Utentes dos Transportes Ferroviários nas Decisões de Serviços Mínimos.

Projeto de Resolução n.º 547/XV/1.ª (IL): — Recomenda ao Governo que corrija as falhas do Plano Ferroviário Nacional e reveja os respetivos planos plurianuais de investimento.

Projeto de Resolução n.º 548/XV/1.ª (IL): — Pela liberalização do serviço público de transporte fluvial na travessia do Tejo e cumprimento das obrigações do Estado.

Projeto de Lei n.º 695/XV/1.ª (L): — Introduce representante da comissão de trabalhadores nos conselhos de administração da Infraestruturas de Portugal, S. A. e da CP - Comboios de Portugal, E. P. E.

Projeto de Lei n.º 697/XV/1.ª (BE): — Valorização da ferrovia e criação do programa nacional de viagens em transportes públicos coletivos.

Projeto de Lei n.º 706/XV/1.ª (CH): — Altera o Regime jurídico aplicável ao contrato de transporte ferroviário no sentido de assegurar os direitos dos passageiros em caso de greve.

Tempos: Grelha C.

Petição n.º 225/XIV/2.ª (Associação dos Profissionais da Guarda - APG/GNR): — Solicitam que os descontos para o Serviço de Assistência na Doença da GNR incidam sobre 12 meses de remuneração base.

Projeto de Lei n.º 602/XV/1.ª (PCP): — Reduz a contribuição para a ADSE, SAD e ADM para 3% e fixa a incidência das mesmas nos 12 meses correspondentes à remuneração mensal alterando o Decreto-Lei n.º 118/83, de 25 de fevereiro e o Decreto-Lei n.º 158/2005, de 20 de setembro.

Projeto de Lei n.º 665/XV/1.ª (BE): — Reduz as contribuições para os subsistemas de saúde SAD e ADM.

Projeto de Lei n.º 692/XV/1.ª (CH): — Estipula que o desconto para o Sistema Complementar de Assistência na Doença da Guarda Nacional Republicana e da Polícia de Segurança Pública incide sobre 12 meses de remuneração base (sexta alteração ao Decreto-Lei n.º 158/2005, de 20 de setembro).

Tempos: Grelha própria.

REUNIÃO PLENÁRIA-2023.04.14 (SEXTA-FEIRA) 10:00 HORAS

Debate de atualidade requerido pelo GP do BE, subordinado ao tema «Desigualdade de género no mundo laboral».

Tempos: Grelha própria.

Projeto de Lei n.º 660/XV/1.ª (PSD): — Programa de regularização de dívidas com fins sociais.

Projeto de Lei n.º 700/XV/1.ª (PAN): — Prevê a flexibilização das condições da linha de financiamento “Crédito Social Investe”.

Projeto de Lei n.º 701/XV/1.ª (CH): — Aumenta o limite do número de prestações para pagamento de tributos fiscais (Quarta alteração ao Decreto-Lei n.º 125/2021, de 30 de dezembro; quadragésima terceira alteração ao Código de Procedimento e Processo Tributário, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 433/99, de 16 de outubro).

Tempos: Grelha D.

Projeto de Lei n.º 491/XV/1.ª (CH): — Estabelece as regras aplicáveis à aposentação antecipada de educadores de infância e professores dos ensinos básico e secundário, alterando o Estatuto da Carreira dos Educadores de

Infância e dos Professores dos Ensinos Básico e Secundário, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 139-A/90, de 28 de abril.

Tempos: Grelha D.

Projeto de Resolução n.º 570/XV/1.ª (CAE): — Adoção pela Assembleia da República das iniciativas europeias consideradas prioritárias para efeito de escrutínio, no âmbito do Programa de Trabalho da Comissão Europeia para 2023.

Sem tempos.

Votações regimentais.

REUNIÃO PLENÁRIA-2023.04.19 (QUARTA-FEIRA) 15:00 HORAS

Debate de atualidade requerido pelo GP do PCP, sobre «A situação da ferrovia nacional».

Tempos: Grelha própria.

Proposta de Lei n.º 39/XV/1.ª (GOV): — Clarifica a intervenção dos municípios nos procedimentos de construção, ampliação ou modificação de um aeródromo.

Projeto de Lei n.º 704/XV/1.ª (CH): — Altera o Decreto-Lei n.º 186/2007, de 10 de maio que fixa as condições de construção, certificação e exploração dos aeródromos civis nacionais.

Tempos: Grelha D.

Projeto de Lei n.º 72/XV/1.ª (BE): — Reforça a proteção da orientação sexual, da identidade e expressão de género e das características sexuais (55.ª alteração ao Código Penal).

Projeto de Lei n.º 359/XV/1.ª (BE): — Reforço da garantia de exercício do direito à autodeterminação da identidade de género, da expressão de género e do direito à proteção das características sexuais no âmbito escolar.

Projeto de Lei n.º 21/XV/1.ª (PAN): — Procede à primeira alteração da Lei n.º 38/2018, de 7 de agosto, que estabelece o direito à autodeterminação da identidade de género e expressão de género e o direito à proteção das características sexuais de cada pessoa, e à aprovação da respetiva regulamentação.

Projeto de Lei n.º 209/XV/1.ª (L): — Proibição e criminalização das “práticas de conversão”, que visam a repressão da orientação sexual, da identidade de género ou da expressão de género.

Projeto de Lei n.º 332/XV/1.ª (PS): — Estabelece o quadro para a emissão das medidas administrativas que as escolas devem adotar para efeitos da implementação da Lei n.º 38/2018, de 7 de agosto.

Projeto de Lei n.º 699/XV/1.ª (PAN): — Prevê a criminalização de práticas com vista à alteração, limitação ou repressão da orientação sexual, da identidade ou expressão de género, e promove o estudo destas práticas em Portugal e a garantia de mecanismos de apoio e resposta.

Projeto de Lei n.º 705/XV/1.ª (CH): — Reforça a proteção e privacidade das crianças e jovens nos espaços de intimidade em contexto escolar.

Projeto de Lei n.º 707/XV/1.ª (PS): — Proíbe práticas atentatórias contra pessoas LGBT+ através das denominadas «terapias de conversão sexual».

Tempos: Grelha D.

REUNIÃO PLENÁRIA-2023.04.20 (QUINTA-FEIRA) 15:00 HORAS

Agendamento potestativo requerido pelo GP do PSD, sobre «Justiça».

Tempos: Grelha própria.

REUNIÃO PLENÁRIA-2023.04.21 (SEXTA-FEIRA) 10:00 HORAS

Projeto de Resolução n.º 571/XV/1.ª (PS): — Recomenda ao Governo o reforço da promoção da inovação e modernização da gestão pública para um Estado mais simples, célere e eficiente ao serviço das pessoas.

Projeto de Resolução n.º 153/XV/1.ª (CH): — Recomenda ao Governo que acelere o processo de digitalização da Administração Pública, numa estratégia de desenvolvimento sustentável das comunidades.

Projeto de Resolução n.º 191/XV/1.ª (CH): — Recomenda ao Governo a execução e apresentação anual de um relatório de combate ao desperdício no setor público e da definitiva implementação do Sistema de Normalização Contabilística para a Administração Pública.

Projeto de Resolução n.º 402/XV/1.ª (PSD): — Recomenda ao Governo que adote medidas de racionalização da administração consultiva do Estado.

Tempos: Grelha D.

Proposta de Lei n.º 7/XV/1.ª (ALRAM): — Pela garantia de um tratamento justo aos cidadãos estrangeiros em Portugal sem título de viagem válido.

Tempos: Grelha D.

Petição n.º 65/XV/1.ª (ABIC - Associação dos Bolseiros de Investigação Científica): — Pelo fim das taxas de admissão a provas de doutoramento.

Projeto de Lei n.º 667/XV/1.ª (PCP): — Procede à atualização das bolsas de investigação científica e respetivas componentes, repõe os subsídios cortados e elimina as taxas de doutoramento.

Projeto de Lei n.º 685/XV/1.ª (CH): — Determina o fim da cobrança de taxas de admissão e emolumentos pela prestação de provas de doutoramento.

Projeto de Lei n.º 689/XV/1.ª (BE): — Altera a Lei de Bases do Financiamento do Ensino Superior, Lei n.º 37/2003, de 22 de agosto.

Projeto de Resolução n.º 476/XV/1.ª (L): — Recomenda ao Governo a abolição de taxas de admissão a provas académicas.

Projeto de Resolução n.º 549/XV/1.ª (PAN): — Recomenda ao Governo a eliminação das taxas e emolumentos nas instituições públicas de ensino superior para admissão a provas académicas de doutoramento.

Projeto de Resolução n.º 581/XV/1.ª (L): — Recomenda ao Governo um conjunto de pressupostos a considerar na reforma do financiamento do Ensino Superior.

Tempos: Grelha própria.

Petição n.º 57/XV/1.ª (Filipe Maranhas de Castro Matos e outros): — Pelo direito à mobilidade dos animais de estimação.

Projeto de Lei n.º 691/XV/1.ª (PAN): — Prevê a garantia do direito à mobilidade com animais de companhia, eliminando a discriminação por raças e outras limitações.

Projeto de Resolução n.º 415/XV/1.ª (PS): — Recomenda ao Governo que dê melhores condições de acesso dos animais nos serviços de mobilidade.

Projeto de Resolução n.º 472/XV/1.ª (PAN): — Recomenda ao Governo que garanta o direito à mobilidade dos animais de companhia.

Tempos: Grelha própria.

Votações regimentais.

REUNIÃO PLENÁRIA-2023.04.25 (TERÇA-FEIRA) 10:00 HORAS

Sessão Solene de Boas-Vindas ao Presidente da República Federativa do Brasil.

REUNIÃO PLENÁRIA-2023.04.25 (TERÇA-FEIRA) 11:30 HORAS

Sessão Solene Comemorativa do XLIX Aniversário do 25 DE ABRIL.

Tempos: 6 minutos a cada GP e 3 minutos aos DURP pela seguinte ordem L, PAN, BE, PCP, IL, CH, PSD, PS.

REUNIÃO PLENÁRIA-2023.04.26 (QUARTA-FEIRA) 15:00 HORAS

Apresentação e discussão do Programa de Estabilidade.

Tempos: Grelha A.

REUNIÃO PLENÁRIA-2023.04.27 (QUINTA-FEIRA) 15:00 HORAS

Debate sobre política setorial, ao abrigo da alínea b) do n.º 2 do artigo 224.º do RAR, com a Ministra da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.

Tempos: Grelha própria.

REUNIÃO PLENÁRIA-2023.04.28 (SEXTA-FEIRA) 10:00 HORAS

Projeto de Resolução n.º 535/XV/1.ª (PSD): — Recomenda ao Governo a concretização de medidas no âmbito da prevenção e combate à violência doméstica e de género.

Projeto de Resolução n.º 536/XV/1.ª (PSD): — Recomenda ao Governo o reforço efetivo da formação especializada e da capacitação de profissionais que intervêm na prevenção e combate à violência contra as mulheres e violência doméstica.

Projeto de Resolução n.º 537/XV/1.ª (PSD): — Recomenda ao Governo a concretização de medidas no âmbito da prevenção e combate à violência no namoro.

Projeto de Resolução n.º 538/XV/1.ª (PSD): — Recomenda ao Governo a aprovação dos Planos de Ação que integram a Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação 2018-2030 e do Plano de Ação para a Prevenção e o Combate ao Tráfico de Seres Humanos.

Projeto de Resolução n.º 539/XV/1.ª (PSD): — Recomenda ao Governo o reforço de medidas no âmbito da prevenção e combate à violência doméstica contra pessoas idosas.

Tempos: Grelha C.

Projeto de Lei n.º 1/XV/1.ª (PCP): — Reforça os direitos dos trabalhadores no regime de trabalho noturno e por turnos.

Tempos: Grelha D.

Projeto de Resolução n.º 593/XV/1.ª (PS): — Recomenda ao Governo que crie uma Comissão que pondere a eventual integração da Caixa de Previdência dos Advogados e Solicitadores (CPAS) no regime geral da

Segurança Social, realizando uma auditoria ao seu funcionamento e avaliando modelos alternativos de proteção social.

Tempos: Grelha D.

Votações regimentais.

REUNIÃO PLENÁRIA-2023.05.03 (QUARTA-FEIRA) 15:00 HORAS

Debate de atualidade requerido pelo GP da IL.

Tempos: Grelha própria.

Proposta de Lei n.º 68/XV/1.ª (GOV): — Aprova a Lei de Infraestruturas Militares.

Proposta de Lei n.º 69/XV/1.ª (GOV): — Aprova a Lei de Programação Militar.

Tempos: Grelha C.

REUNIÃO PLENÁRIA-2023.05.04 (QUINTA-FEIRA) 15:00 HORAS

Declarações políticas.

Petição n.º 83/XV/1.ª (Sindicato Nacional dos Quadros e Técnicos Bancários (SNQTB): — Pela atribuição do complemento excecional a pensionistas a todos os trabalhadores bancários reformados.

Tempos: Grelha própria.

REUNIÃO PLENÁRIA-2023.05.05 (SEXTA-FEIRA) 10:00 HORAS

Projeto de Lei n.º 606/XV/1.ª (CH): — Altera a Lei de Bases da Habitação no sentido de assegurar o acesso à habitação pública.

Tempos: Grelha D.

Projeto de Lei n.º 651/XV/1.ª (IL): — Isenção de Imposto do Selo relativo a empréstimos.

Projeto de Lei n.º 657/XV/1.ª (IL): — Reduz o custo da construção de habitações através da diminuição Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) relativo à construção, beneficiação, remodelação, renovação, restauro, reparação ou conservação de imóveis.

Projeto de Lei n.º 658/XV/1.ª (IL): — Facilita as situações de mudança de habitação, descontando o valor de rendas pagas ao valor de rendas recebidas para efeitos de cálculo de IRS.

Tempos: Grelha D.

Projeto de Lei n.º 664/XV/1.ª (BE): — Estabelece a quota mínima obrigatória de 30 % de música portuguesa na programação musical dos serviços de programas de radiodifusão sonora.

Tempos: Grelha D.

Petição n.º 24/XV/1.ª (Cláudia Sofia da Costa Narciso Labrujó e outros): — Pelo fim da empresa intermunicipal de Águas do Alto Minho.

Tempos: Grelha própria.

Votações regimentais.

A próxima reunião da Conferência de líderes, realizar-se-á no dia 26 de abril, pelas 10 horas e 30 minutos.

A Deputada Secretária da Mesa,

(Maria da Luz Rosinha).

CALENDARIZAÇÃO

ABRIL 2023			
DIA 12	QUARTA-FEIRA	CONFERÊNCIA DE LÍDERES REUNIÃO PLENÁRIA	10:30 HORAS 15:00 HORAS
DIA 13	QUINTA-FEIRA	REUNIAO PLENÁRIA	15:00 HORAS
DIA 14	SEXTA-FEIRA	REUNIÃO PLENÁRIA	10:00 HORAS
DIA 17	SEGUNDA-FEIRA	JORNADAS PARLAMENTARES DO GP DO CH	
DIA 18	TERÇA-FEIRA	JORNADAS PARLAMENTARES DO GP DO CH	
DIA 19	QUARTA-FEIRA	REUNIÃO PLENÁRIA	15:00 HORAS
DIA 20	QUINTA-FEIRA	REUNIAO PLENÁRIA	15:00 HORAS
DIA 21	SEXTA-FEIRA	REUNIÃO PLENÁRIA	10:00 HORAS
DIA 24	SEGUNDA-FEIRA	CONTACTO COM O ELEITORADO	
DIA 25	TERÇA-FEIRA	SESSÃO SOLENE DE BOAS-VINDAS AO PRESIDENTE DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	10:00 HORAS
DIA 25	TERÇA-FEIRA	SESSÃO SOLENE COMEMORATIVA DO XLIX ANIVERSÁRIO DO 25 DE ABRIL	11:30 HORAS
DIA 26	QUARTA-FEIRA	CONFERÊNCIA DE LÍDERES REUNIÃO PLENÁRIA	10:30 HORAS 15:00 HORAS
DIA 27	QUINTA-FEIRA	REUNIÃO PLENÁRIA	15:00 HORAS
DIA 28	SEXTA-FEIRA	REUNIÃO PLENÁRIA	10:00 HORAS

MAIO 2023			
DIA 02	TERÇA-FEIRA	COMISSÕES PARLAMENTARES	
DIA 03	QUARTA-FEIRA	REUNIAO PLENÁRIA	15:00 HORAS
DIA 04	QUINTA-FEIRA	REUNIÃO PLENÁRIA	15:00 HORAS
DIA 05	SEXTA-FEIRA	REUNIÃO PLENÁRIA	10:00 HORAS